

- DF, de: Instituto Everest Medalha Milagrosa, para: Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrito no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, com sede no SHIS QI 19 Chácaras 13 a 18, Lago Sul, Brasília - DF.

Art. 2º Homologar a mudança de endereço da mantenedora Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrita no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, de: SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, Lago Sul, Brasília - DF, para: SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, SN QI 19, Chácara 18 - Lago Sul - Brasília - DF.

Art. 3º Aprovar a mudança de denominação da instituição educacional Colégio Everest Asa Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.119.925/0004-07, localizada no SGAN 606, Conjunto A - Plano Piloto - Brasília - DF, mantida por Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrito no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, com sede no SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, SN QI 19, Chácara 18 - Lago Sul - Brasília - DF, de: Colégio Everest Asa Norte, para: Heavenly Kinder Plano Piloto.

Art. 4º Reforçar a responsabilidade da mantenedora da instituição educacional de conservar atualizado o Certificado de Licenciamento, o qual deve estar exposto em local apropriado, para conhecimento da comunidade escolar, com todas as licenças concedidas pelos órgãos competentes.

Art. 5º Determinar ao setor competente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a adoção das providências necessárias para a atualização dos dados formais da instituição educacional e de sua mantenedora no Cadastro das Instituições Educacionais Credenciadas do Distrito Federal (CIEC).

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO MOREIRA DOMINGUES JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 181, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI, do artigo 49 do Regimento deste Conselho, aprovado pela Portaria nº 703/SEEDF, de 15 de julho de 2022, em vista do disposto nos artigos 267 e 268 da Resolução nº 2/2023-CEDF e no Processo 00080-00253859/2025-98, resolve:

Art. 1º Homologar a mudança de denominação da mantenedora da instituição educacional Colégio Everest Brasília II, localizada no SHIS QI 17/19, Área Especial S/N, Lago Sul, Brasília - DF, de: Instituto Everest Medalha Milagrosa, para: Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrito no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, com sede no SHIS QI 19, Chácara 18, Lago Sul, Brasília - DF.

Art. 2º Homologar a mudança de endereço da mantenedora Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrita no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, de: SHIS QI 19, Chácara 18, Lago Sul, Brasília - DF, para: SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, SN QI 19, Chácara 18 - Lago Sul - Brasília - DF.

Art. 3º Aprovar a mudança de denominação da instituição educacional Colégio Everest Brasília II, inscrita no CNPJ filial nº sob o 00.119.925/0003-18, localizada no SHIS QI 17/19, Área Especial S/N, Lago Sul, Brasília - DF, mantida por Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrito no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, com sede no SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, SN QI 19, Chácara 18 - Lago Sul - Brasília - DF, de: Colégio Everest Brasília II, para: Heavenly High Lago Sul.

Art. 4º Reforçar a responsabilidade da mantenedora da instituição educacional de conservar atualizado o Certificado de Licenciamento, o qual deve estar exposto em local apropriado, para conhecimento da comunidade escolar, com todas as licenças concedidas pelos órgãos competentes.

Art. 5º Determinar ao setor competente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a adoção das providências necessárias para a atualização dos dados formais da instituição educacional e de sua mantenedora no Cadastro das Instituições Educacionais Credenciadas no Distrito Federal (CIEC).

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO MOREIRA DOMINGUES JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 182, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 49 do Regimento deste Conselho, aprovado pela Portaria nº 703/SEEDF, de 15 de julho de 2022, em vista do disposto nos artigos 267 e 268 da Resolução nº 2/2023-CEDF e no Processo 00080-00253874/2025-36, resolve:

Art. 1º Homologar a mudança de denominação da mantenedora da instituição educacional Colégio Everest Brasília, localizada no SHIS QI 19, Chácara 18, Lago Sul, Brasília - DF, de: Instituto Everest Medalha Milagrosa, para: Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrito no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, com sede no mesmo endereço da instituição educacional.

Art. 2º Homologar a mudança de endereço da mantenedora Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrita no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, de: SHIS QI 19, Chácara 18, Lago Sul, Brasília - DF, para: SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, SN QI 19, Chácara 18 - Lago Sul - Brasília - DF.

Art. 3º Aprovar a mudança de denominação da instituição educacional Colégio Everest Brasília, localizada no SHIS QI 19, Chácara 18, Lago Sul, Brasília - DF, mantida por Instituto Heavenly Medalha Milagrosa, inscrito no CNPJ sob o nº 00.119.925/0001-56, localizado no SHIS QI 19, Chácaras 13 a 18, SN QI 19, Chácara 18 - Lago Sul - Brasília - DF, de: Colégio Everest Brasília, para: Heavenly Kinder Lago Sul.

Art. 4º Reforçar a responsabilidade da mantenedora da instituição educacional de conservar atualizado o Certificado de Licenciamento, o qual deve estar exposto em local apropriado, para conhecimento da comunidade escolar, com todas as licenças concedidas pelos órgãos competentes.

Art. 5º Determinar ao setor competente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a adoção das providências necessárias para a atualização dos dados formais da instituição educacional e de sua mantenedora no Cadastro das Instituições Educacionais Credenciadas do Distrito Federal (CIEC).

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO MOREIRA DOMINGUES JÚNIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA- SSP/GAB/CONDISP 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 26/06/2025	HORÁRIO: 16h00	LOCAL: Reunião híbrida (videoconferência e Sala de Gestão Estratégica - CIOB)
Ato normativo: Lei Distrital nº 6.430/2019, criou o Conselho Distrital de Segurança Pública. Decreto nº 42.895, de 03 de janeiro de 2022, aprovou o Regimento Interno do Condisp.		

MEMBROS PRESENTES	ÓRGÃO/ENTIDADE
1. BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA (SUPLENTE) - Presencial	Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF
2. ARTHUR HENRIQUE ASSUNÇÃO MAGALHÃES Secretário Executivo do Condisp Substituto - Presencial	Secretaria Executiva do Condisp
3. VICENTE PARANAHIBA COSTA NETO (TITULAR) - Videoconferência	Representante da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
4. JULIANA DATO FERREIRA LEAL (TITULAR) - Videoconferência	Representante da Casa Civil do Distrito Federal - CACI/DF
5. BRUNO PONCHIO BARUQUE (TITULAR) - Presencial	Representante do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF
6. VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA (TITULAR) - Presencial	Representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF
7. MOÍSÉS ALVES BARCELOS (TITULAR) - Videoconferência	Representante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF
8. SANDRO GOMES SANTOS DA SILVA (TITULAR) - Videoconferência	Representante da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil - SUDEC
9. RAISSA WINTER DE CARVALHO (SUPLENTE) - Videoconferência	Representante da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal - SEAPE/DF
10. FELIPE ZUCCHINI CORACINI (TITULAR) - Videoconferência	Representante da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF
11. HALLEF SANTANA NOGUEIRA (TITULAR) - Presencial	Representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF
12. THIAGO RODRIGUES BRAGA (TITULAR) - Presencial	Representante da Ordem dos Advogados Seccional do Distrito Federal - OAB/DF
13. PAULO GOMES DE SOUSA JÚNIOR (TITULAR) - Presencial	Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT
14. MARÍLIA GARCIA GUEDES (SUPLENTE) - Videoconferência	Representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF
15. CARLOS AUGUSTO DA SILVA (SUPLENTE) - Presencial	Representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - SINDEPO/DF
16. WILLIAM AUGUSTO FERREIRA BOMFIM (TITULAR) - Videoconferência	Representante dos oficiais do CBMDF - Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - ASSOFBM

17. ADILSON DOS REIS VELLASCO (TITULAR) - Presencial	Representante dos Agentes de Trânsito do Detran/DF - Associação dos Agentes de Trânsito do Distrito Federal - AGEDETRAN-DF
18. DANIELLE CRISTINE CARVALHO (SUPLENTE) - Videoconferência	Representante do Conselho Comunitário de Segurança - CONSEGS
19. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS (TITULAR) - Videoconferência	Representante do Conselho Comunitário de segurança da Asa Sul - CCAS
20. JOSÉ MARCUS MONTEIRO DE OLIVEIRA (TITULAR) - Presencial	Representante do Conselho Comunitário de segurança de Taguatinga Norte - CCTN
21. SÉRGIO MÁRIO BOTELHO DE ARAÚJO JÚNIOR (TITULAR) - Videoconferência	Representante da Entidade ou Organização da Sociedade Civil - INSTITUTO IMAGINE ACREDITE (FICOU DE CONFIRMAR SE CONSEGUIU ENTRAR NA REUNIÃO)
CONVIDADOS	ORGÃO/ENTIDADE
GEORGE ESTEFANI DE SOUZA DO COUTO	Subsecretário de Gestão da Informação da SSP/DF
JASIEL TAVARES FERNANDES	Subsecretário de Integração de Políticas em Segurança Pública da SSP/DF
NÚBIA PELLICANO DE OLIVEIRA ARAÚJO	Assessora da Subsecretaria de Integração de Políticas em Segurança Pública da SSP/DF
DANIELLE CRISTINY COSTA ZENN	Chefe da Unidade de Controle Interno do Detran (UCI)

1. Abertura.

1.1. Em conformidade com a convocação e providências registradas no Processo SEI nº 00050-00007456/2025-81, foi realizada a 27ª Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Segurança Pública, biênio 2025-2026. Na abertura dos trabalhos, foram justificadas as ausências do Presidente e do Vice-Presidente do Condisp, por compromissos de agenda. Conforme o disposto no art. 7º, § 2º do Regimento Interno do Condisp, a reunião foi conduzida pelo Coronel Bilmar Angelis de Almeida Ferreira, representante suplente da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e Territórios, após decisão unânime da Plenária.

1.2. O Secretário Executivo do Condisp Substituto, Sr. Arthur Henrique Assunção Magalhães, cumprimentou os presentes e realizou a chamada nominal, constatando-se a quórum mínimo necessário para início dos trabalhos, conforme lista de conselheiros presentes lançada na abertura desta Ata.

1.3. Em seguida, o Sr. Arthur Magalhães reforçou a ausência de representantes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal na reunião, informando que a situação será comunicada oficialmente às respectivas instituições, com o objetivo de assegurar a efetiva participação de todos os órgãos integrantes do Condisp nas próximas deliberações.

2. Rede de Atenção ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal (<https://www.ssp.df.gov.br/pessoas-desaparecidas/>);

2.1. O Sr. Arthur Magalhães introduziu o item da pauta referente à Rede de Atenção ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal, ressaltando que o tema encontra respaldo nas competências legais do Condisp, uma vez que se relaciona diretamente à formulação de políticas públicas de segurança voltadas à proteção e atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Na sequência, concedeu a palavra ao Sr. Bilmar Angelis, para complementações e aprofundamento da discussão.

2.2. O Sr. Bilmar Angelis agradeceu a presença dos participantes, presenciais e remotos, e justificou a ausência do Dr. Sandro Avelar, Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF e demais representantes da pasta, em razão da extensa agenda da Secretaria. Informou que a pauta resumida representa resultados importantes conduzidos pela SSP/DF, declarando aberta a reunião e devolvendo a palavra ao Sr. Jasiel Tavares.

2.3. O Sr. Jasiel Tavares Fernandes, Subsecretário de Integração de Políticas em Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, cumprimentou os presentes e realizou breve introdução ao tema da Rede de Atenção ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal. Relatou que, há dois anos, o tema era pouco discutido sob a ótica da política pública, sendo tratado majoritariamente no âmbito da investigação e registro conduzidos pela Polícia Civil do DF, sem coordenação institucional integrada. Destacou que, com a liderança do Secretário Dr. Sandro Avelar, foi estabelecida a necessidade de articulação entre diversas áreas, como segurança pública, saúde, assistência social, justiça e cidadania, para promover atendimento eficaz e humanizado aos casos de desaparecimento, tornando o Distrito Federal uma referência nacional em atuação integrada. Mencionou que, enquanto os registros de roubo ou furto de veículos alimentavam rapidamente as viaturas em serviço, os dados de desaparecimento de pessoas não eram difundidos com a mesma agilidade. Diante dessa lacuna, foi desenvolvido e implantado um Sistema de Sinal de Busca, que permite a divulgação imediata da imagem e das informações da pessoa desaparecida para 30 órgãos distritais e federais, os quais repassam prontamente

as informações às suas respectivas unidades de serviço, acelerando o início das ações de localização. Destacou que, com essa estruturação da rede, o Distrito Federal passou a alcançar índice de 98% de localização de pessoas desaparecidas, resultado direto do empenho interinstitucional e da dedicação de todos os envolvidos. Informou, ainda, que a rede oferece apoio aos familiares das pessoas desaparecidas, com realização de visitas domiciliares e encaminhamentos para apoio jurídico e psicológico, conforme a necessidade. Ao término de sua fala, o Sr. Jasiel passou a palavra à Núbia Pellicano de Oliveira Araújo, Assessora da Subsecretaria de Integração de Políticas em Segurança Pública da SSP/DF, para complementações sobre a temática.

2.4. A Sr. Núbia, realizou apresentação sobre a atuação da Rede Integrada de Atenção Humanizada ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal (177041776). Inicialmente, destacou que antes da criação da rede, a Polícia Civil do DF era responsável pelo registro e início da investigação de pessoas desaparecidas, ocorrendo de forma isolada. Com o tempo, percebeu-se a necessidade do envolvimento de outras instituições, tais como Justiça e Cidadania, Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, devido à complexidade da política pública em questão. Foi mencionada a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que levou o Governo Federal a consolidar esforços, sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública e alternância com o Ministério dos Direitos Humanos, tendo como autoridade central federal a Secretaria Nacional de Segurança Pública. A palestrante ressaltou que o Distrito Federal foi pioneiro na implementação de ações integradas, iniciando em março de 2023 o planejamento da Rede Integrada, com a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica vinculado ao programa Alerta Amber. Esse acordo permitiu a divulgação estruturada de templates e alertas de crianças e adolescentes desaparecidos, bem como a baixa de boletins de ocorrência ativos, reduzindo significativamente os volumes anteriores. Foi criado perfil específico no Instagram da SSPDF para divulgação dos desaparecimentos, ampliando a capilaridade das ações e facilitando a localização de pessoas. Destacou-se também a publicação do Protocolo de Operações Integradas "Sinal de Busca Imediata ao Desaparecimento de Pessoas", que conta com a participação de 30 instituições. Para a construção do protocolo, foram realizadas reuniões bilaterais e multilaterais com órgãos como o MPDFT, Defensoria Pública e a Secretaria de Estado de Saúde. Apresentou ainda o desenvolvimento de um Painel de Dados que consolida os registros de tempo e localização dos desaparecimentos, bem como a entrega da minuta do Decreto da Política Distrital de Pessoas Desaparecidas à SSP/DF, que se configura como marco regulatório local. Informou a previsão da primeira edição do Curso de Atenção Humanizada aos profissionais de segurança pública para o mês de agosto. Como resultados, foram evidenciados a redução do tempo de resposta, o aumento no número de casos resolvidos e o aprimoramento do atendimento às famílias envolvidas. Por fim, foram apontados os principais desafios e fragilidades, como a ausência de integração entre sistemas de informação das instituições, a necessidade de qualificação contínua das equipes e a carência de recursos humanos e tecnológicos.

2.5. O Sr. Bilmar Angelis agradeceu a apresentação realizada e destacou a relevância do Grupo de Trabalho (GT) como instrumento fundamental para o avançar na integração institucional e na padronização dos fluxos de atendimento e resposta no âmbito da Rede de Atenção ao Desaparecimento de Pessoas. Solicitou aos conselheiros contribuições técnicas e estratégicas para o aprimoramento das ações do grupo e informou sobre a solicitação de integração de dados hospitalares à rede, com o objetivo de ampliar o acesso interinstitucional às informações, promovendo maior efetividade na implementação das políticas públicas voltadas à proteção de pessoas desaparecidas.

2.6. O Sr. Valmir Lemos de Oliveira, representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, parabenizou a iniciativa da Rede de Atenção ao Desaparecimento de Pessoas, destacando seu caráter humanizado e interinstitucional. Relatou que foi procurado por uma empresa privada que apresentou dados sobre desaparecimentos no Brasil, com destaque para o número expressivo de crianças envolvidas, estimado em dois milhões de casos, e que, segundo os representantes da empresa, existe um vácuo entre o momento do desaparecimento e a atuação do Estado, evidenciando fragilidades no atendimento inicial. Nesse contexto, parabenizou o Secretário de Segurança Pública, Dr. Sandro Avelar, pela liderança na construção de uma rede articulada e eficiente, reafirmando o compromisso institucional da SSP/DF com a pauta dos desaparecimentos, em especial no que tange ao fortalecimento da integração entre os diversos órgãos públicos envolvidos.

2.7. A senhora Patrícia Carvalho dos Santos, representante do Conselho Comunitário de segurança da Asa Sul - CCAS, sugeriu a criação de uma plataforma distrital unificada para cruzamento de dados. O Sr. Bilmar esclareceu que há um cadastro digital, mas a consolidação tecnológica requer acordos institucionais. O Sr. Jasiel complementou, informando sobre o esforço nacional do Ministério Público para viabilizar o acesso integrado.

2.8. A senhora Marília Garcia Guedes, representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, ressaltou que a participação do Poder Judiciário é essencial na construção do fluxo de atuação da Rede de Atenção ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal, especialmente nos casos em que houver suspeita de tráfico interno ou internacional de pessoas. Alertou que, ao elaborar o fluxo interinstitucional, é necessário observar atentamente o correto cadastro das informações no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, pois esse aspecto é fundamental para a apresentação de dados consistentes ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, contribuindo para a transparência, rastreabilidade e melhoria da atuação judicial nos casos envolvendo pessoas desaparecidas.

2.9. O Sr. Arthur Magalhães relata que o tema é uma construção conjunta de todos os órgãos, passando a palavra ao senhor ao George Couto para dar início ao próximo item da pauta.

3. Anuário de Segurança Pública | Distrito Federal 2025

3.1. O Sr. George Estefani de Souza do Couto, Subsecretário de Gestão da Informação, cumprimentou todos e elogiou a apresentação anterior, ressaltando a importância do uso estratégico de dados na formulação de políticas públicas. Relatou que o tempo médio de registro de desaparecimento caiu de 144h (2023) para 78h (2025). Explicou que o Anuário busca oferecer um retrato fidedigno da segurança pública, com dados que auxiliem no enfrentamento da sensação de insegurança. Destacou quedas expressivas nos indicadores da Asa Norte e reforçou a necessidade de usar evidências na formulação de políticas públicas. Trouxe dados históricos do banco de dados da Polícia Civil do DF, relativos ao ano de 2015, indicando, para cada 100 ocorrências registradas: 0,7 homicídios; estelionato 5,5; violência contra a mulher 6,3; 20 roubos e 32 furtos, o que resulta em mais da metade das ocorrências em subtração daquilo que era registrado no Distrito Federal. Observou que, dez anos depois, houve avanços consideráveis: os homicídios reduziram pela metade, os roubos passaram a representar 6 a cada 100 ocorrências e as fraudes passaram a compor mais de 20% dos registros. Ressaltou que a violência contra a mulher superou os roubos como tipo mais frequente, o que demanda reflexão sob a ótica da segurança voltada a grupos vulneráveis e modalidades emergentes, especialmente os crimes cibernéticos. Reiterou que tais reflexões só são possíveis com a disponibilização transparente de informações, permitindo que Estado, sociedade civil e academia possam, com base em dados concretos, propor ações eficazes. Em relação ao Anuário, mencionou que o Distrito Federal atingiu em 2024 uma marca histórica em taxa de homicídios, desde o início da série histórica em 1977, sendo esta calculada por cem mil habitantes. Essa taxa é considerada padrão "ouro", utilizada na maioria dos estados brasileiros e em diversos países. Recordou que, em 2012, Brasília estava entre as 50 cidades mais violentas do mundo, com mais de 300.000 habitantes e taxa de 31,4 homicídios por cem mil habitantes. Após 12 anos de esforços contínuos, Brasília passou a ter a terceira menor taxa de homicídios entre as capitais brasileiras, ocupando a segunda posição quando se considera apenas as capitais. Por fim, reforçou que outros desafios ainda precisam ser enfrentados além dos homicídios. Destacou que este primeiro Anuário teve como foco as mortes violentas intencionais, mas que outros temas também são relevantes. Anunciou a realização da Pesquisa Distrital de Segurança Pública, que será aplicada em mais de 20.000 domicílios, com foco em percepção de segurança, subnotificações, coesão social e outras variáveis relevantes.

3.2. O Sr. Bilmar Angelis agradeceu pela apresentação realizada e elogiou o trabalho conduzido pelo Dr. George Couto e por toda a sua equipe na elaboração do Anuário de Segurança Pública, bem como no desenvolvimento da Pesquisa Distrital de Segurança Pública, que será aplicada no Distrito Federal. Destacou que a publicação do Anuário representa o início de uma nova era para a política de segurança pública, caracterizada pela adoção de uma abordagem pautada em evidências, o que contribui para decisões mais assertivas e eficazes. Ressaltou que o material foi apresentado à imprensa, promovendo inovação na forma como o Estado conduz o diálogo com a sociedade, ao incorporar os meios de comunicação como agentes de difusão qualificada de informação. Sugeriu que todos os conselheiros do CONDISP tenham acesso ao conteúdo do Anuário, a fim de se aprofundarem nos dados e análises apresentados, fortalecendo os debates e as propostas formuladas no âmbito do Conselho.

3.3. O senhor Paulo Gomes de Sousa Júnior, representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, apresentou questionamentos referentes à metodologia da Pesquisa Distrital de Segurança Pública, com especial atenção aos critérios de amostragem e à representatividade dos dados. Indagou sobre o tratamento das subnotificações, destacando a importância de abordar os casos que não chegam formalmente aos registros policiais. Perguntou, ainda, se existe direcionamento específico na composição do público-alvo da pesquisa, no sentido de evitar a inclusão de parentes de profissionais da segurança pública ou pessoas diretamente vinculadas ao setor.

3.4. O Sr. Bilmar Angelis destacou que o tema já foi debatido anteriormente e encaminhou ao Sr. George Couto para complementação da resposta.

3.5. O Sr. George Couto esclareceu que não é possível estabelecer, neste momento, um indicador consolidado de subnotificação, por ausência de base comparativa contínua que permita análises adequadas. Informou que o Distrito Federal dispõe de uma ampla rede de delegacias físicas, bem como de canais digitais para registro de ocorrências, o que contribui significativamente para o acesso da população aos serviços de segurança pública. Acrescentou que a Pesquisa Distrital de Segurança Pública adotará metodologia amostral, com critérios técnicos que buscam garantir representatividade e qualidade dos dados. Ressaltou que não haverá direcionamento para inclusão de familiares de agentes públicos da área de segurança, evitando possíveis vieses. Destacou que a pesquisa visa produzir uma mancha criminal georreferenciada por região administrativa, permitindo identificar padrões locais e subsidiar políticas públicas direcionadas.

3.6. O Sr. Bilmar Angelis sugeriu incluir na pesquisa uma pergunta sobre vínculo do entrevistado com forças de segurança, o que foi avaliado positivamente pelo Sr. George.

3.7. O Sr. Valmir Lemos de Oliveira, representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SESDF, iniciou sua fala cumprimentando a todos que participaram na elaboração da pesquisa distrital. Ressaltou a relevância dos dados como ferramenta essencial para o planejamento e execução das políticas públicas de segurança. Rememorou o cenário de 2008, quando os assaltos a ônibus coletivos figuravam como o principal temor da população do Distrito Federal, e destacou que, à época, a imprensa, sem base em dados oficiais, sugeriu como solução a presença de dois policiais militares em cada veículo que circulava pela capital. Informou que, diante da repercussão, a

Secretaria de Segurança realizou estudo técnico para levantar a quantidade de policiais que seriam necessários para atender à proposta, e que, com a divulgação dos dados, a solução foi considerada inviável e descartada, evidenciando o poder dos dados para subsidiar decisões eficazes e realistas. Destacou que a primeira edição da Pesquisa Distrital de Segurança Pública é fundamental para a criação de parâmetros confiáveis, pois diversos casos deixam de ser notificados por serem percebidos como de menor gravidade. Enfatizou que o levantamento servirá como banco de dados oficial do Estado, ampliando as possibilidades de análise estratégica. Reiterou que os dados produzidos com recursos públicos devem ser compartilhados com os demais órgãos governamentais, permitindo ações integradas de segurança. Alertou sobre o risco de uso indevido das informações por setores que não realizam análises qualificadas e que, ao venderem dados de maneira fragmentada, contribuem para a propagação da sensação de insegurança, muitas vezes baseada na exploração comercial de notícias negativas.

3.8. O Sr. Bilmar Angelis agradeceu a contribuição do Sr. Valmir Lemos, e compartilhou observações obtidas em visitas técnicas a outros países, nas quais pôde constatar que a sensação de segurança da população não está necessariamente relacionada à presença física de agentes policiais, mas sim ao entendimento institucional sobre os conceitos de ordem e desordem. Nesse contexto, afirmou que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos e que os esforços da Secretaria de Segurança Pública estão voltados à produção de entregas concretas, com foco em subsidiar as demais pastas e órgãos governamentais, permitindo que atuem de forma integrada e eficaz na promoção da segurança pública no Distrito Federal. Acrescentou que essas entregas representam o início de um processo baseado em evidências, e que qualquer tentativa de contestar os resultados deverá se fundamentar em métodos comparáveis ou, eventualmente, apontar falhas na metodologia empregada.

3.9. O Sr. George Couto complementou a resposta sobre o tema relacionado à sensação de insegurança nos transportes coletivos do Distrito Federal, destacou que se trata de um dado estratégico para a formulação de políticas públicas que, ao longo dos anos, têm gerado resultados concretos. Apresentou um comparativo sobre os roubos registrados nos transportes coletivos, informando que, há dez anos, contabilizavam-se cerca de dois mil casos, ao passo que, no primeiro semestre do corrente ano, foram registrados apenas 38 roubos, evidenciando uma significativa redução. Pontuou que o Distrito Federal dispõe de um sistema de mobilidade avançado, com uma das frotas mais modernas do país, embora ainda pouco utilizado pela população local. Reiterou que a Pesquisa Distrital de Segurança Pública deverá contribuir para identificar os motivos pelos quais a sociedade evita o uso desse sistema, auxiliando na produção de dados para seu aprimoramento e promovendo reflexos positivos no funcionamento urbano e no desenvolvimento econômico da região. Salientou o acerto da Secretaria de Mobilidade ao extinguir a circulação de dinheiro nos coletivos, medida que foi amplamente criticada à época por opiniões desprovidas de embasamento técnico, mas que se revelou eficaz conforme demonstram os atuais índices de redução dos assaltos. Ao final de sua exposição, devolveu a palavra ao Secretário, para dar continuidade à condução da reunião.

4. Proposta de instituição do Diploma de Honra ao Mérito do Conselho Distrital de Segurança Pública (00050-00006390/2025-10);

4.1. O Sr. Arthur Magalhães informou o recebimento da proposta de instituição do Diploma de Honra ao Mérito do Condisp cuja finalidade é reconhecer serviços relevantes prestados por conselheiros e representantes de órgãos e entidades públicas. Mencionou que a iniciativa partiu do conselheiro José Marcus Monteiro de Oliveira, representante do Conselho Comunitário de Segurança de Taguatinga Norte – CCTN. Relatou que, diante da sugestão recebida, acionou a Assessoria de Comunicação da SSP/DF, que elaborou o modelo do diploma e apresentou a proposta de resolução específica para deliberação do colegiado. O Sr. Arthur Magalhães também apresentou os normativos que compõem a referida resolução, nos quais estão definidos os critérios para agraciamento, bem como os protocolos para indicação e aprovação dos nomes. Submeteu à plenária, para apreciação e deliberação, a proposta de resolução e o modelo do Diploma de Honra ao Mérito do Condisp, reforçando o caráter simbólico e institucional da homenagem, voltada ao reconhecimento da dedicação e contribuição dos integrantes do Conselho.

4.2. O Sr. José Marcus esclareceu que não apresentou a proposta de instituição do Diploma de Honra ao Mérito no âmbito do Conseg de sua localidade, por compreender que tal iniciativa deveria ser conduzida pela Secretaria de Segurança Pública, por meio do Condisp. Justificou que a proposta, originada nessa instância, garantiria o reconhecimento não apenas às pessoas diretamente vinculadas aos conselhos, mas também àquelas que, por meio de suas atuações institucionais ou colaborativas, contribuem de forma relevante para o aprimoramento das políticas de segurança pública no Distrito Federal.

4.3. O Sr. Bilmar Angelis abriu a palavra aos conselheiros e demais presentes, ressaltando a relevância da criação do Diploma de Honra ao Mérito do Condisp, como instrumento de reconhecimento dos trabalhos realizados em prol da segurança pública do Distrito Federal. Destacou que a homenagem contribui para valorizar ações institucionais e individuais que fortalecem as políticas de segurança pública, promovendo integração e engajamento entre os diversos atores envolvidos. Não havendo manifestações contrárias, submeteu a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho a instituição do Diploma de Honra ao Mérito do Condisp.

5. Proposta de análise relacionada aos crimes cibernéticos e o enfrentamento ao crime organizado no Distrito Federal (00050-00007457/2025-25)

5.1. O Sr. Arthur Magalhães apresentou o último ponto da pauta, oriundo de sugestão encaminhada pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, que, em função da migração das principais ocorrências para o campo dos crimes cibernéticos e crimes organizados, propôs a criação de unidades especializadas nas delegacias da Polícia Civil, destinadas à repressão dessas modalidades. A proposta inclui, inclusive, indicação do

quantitativo de policiais necessário para compor as referidas unidades, considerando também os servidores aprovados em concurso que aguardam nomeação. Antes de submeter o tema à apreciação dos conselheiros, o Sr. Arthur Magalhães alertou quanto às competências legais do Condisp, enfatizando que não cabe a este colegiado a gerência sobre a estrutura das forças de segurança pública do Distrito Federal. Ressaltou que o papel do Conselho se limita à formulação e envio de sugestões ao Conselho Gestor do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – CGPDISP, órgão competente para deliberar sobre a inclusão das proposições no referido plano e, uma vez aprovadas, encaminhá-las ao ente responsável pela execução. Encerrando sua exposição, o Sr. Arthur abriu a palavra aos membros do Conselho para considerações sobre o tema.

5.2. O Sr. Vicente Paranahiba Costa Neto, representante da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, informou que o tema referente à sugestão de criação de unidades especializadas no combate aos crimes cibernéticos e ao crime organizado já está sob análise da Diretoria da PCDF, que acompanha atentamente a evolução dessas modalidades criminosas. Destacou que a PCDF comprehende que a estratégia mais eficaz é o fortalecimento das delegacias especializadas, conforme já ocorre em outras frentes de enfrentamento. Nesse sentido, em razão da evolução tecnológica, foi instituída unidade específica voltada à repressão às fraudes virtuais, com atenção às múltiplas dimensões dos crimes cibernéticos. Enfatizou, ainda, que todas as delegacias da PCDF atuam de forma integrada no enfrentamento dessas infrações, reforçando o compromisso da instituição com o combate às novas dinâmicas da criminalidade.

5.3. O Sr. Arthur Magalhães sugeriu que a proposta referente à criação de unidades especializadas no combate aos crimes cibernéticos e ao crime organizado, apresentada pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, fosse encaminhada formalmente à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, solicitando que esta apresente, na próxima reunião do Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP, uma exposição técnica com o objetivo de ambientar os conselheiros sobre o tema e detalhar os estudos em curso.

5.4. O Sr. Bilmar Angelis agradeceu a sugestão apresentada e submeteu o encaminhamento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Reforçou a importância da presença dos proponentes na próxima reunião, a fim de que possam apresentar e fundamentar diretamente sua demanda perante o colegiado.

6. Assuntos Gerais.

6.1. O Sr. Arthur Magalhães registrou as principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF e pelos órgãos vinculados, com link de referência para consulta completa. Destacou a publicação do Anuário de Segurança Pública do Distrito Federal, instrumento que auxiliará de forma estratégica na definição de políticas públicas baseadas em evidências, fortalecendo a atuação integrada dos órgãos de segurança.

6.2. Registros das principais ações dos últimos três meses.

6.2.1. No mês de abril: ação educativa celebra os 28 anos da faixa de pedestre em Brasília (<https://tinyurl.com/2nys9tn>); reunião debate ações de enfrentamento aos homicídios no DF (<https://tinyurl.com/4nsku62p>); Instituto Superior de Ciências Policiais recebe nota máxima do MEC (<https://tinyurl.com/y8enfvad>); ação policial resgata mulher sequestrada durante audiência online sobre violência doméstica (<https://tinyurl.com/5835kab6>); Programa Ressignificar realiza mais de 16 mil capacitações no DF em um ano (<https://tinyurl.com/59upskm6>); rede pública de ensino aposta em diferentes iniciativas para combater o bullying (<https://tinyurl.com/auhstpvu>); operação reforça fiscalização de horário de funcionamentos de distribuidoras (<https://tinyurl.com/sz9bk4ht>); gestores do GDF visitam Conselho Nacional de Justiça para tratar de ações de combate à violência contra a mulher (<https://tinyurl.com/47593rdz>); DF inicia modernização do sistema de atendimento de ocorrências emergenciais (<https://tinyurl.com/jy37mtey>); diretores de escolas de Samambaia recebem orientações sobre enfrentamento à violência doméstica (<https://tinyurl.com/568reb4d>); plataforma da PMDF registra mais de 1,7 mil notificações de perturbação de sossego em três meses (<https://tinyurl.com/4mftz86f>); DF inaugura primeiro Centro de Apoio Biopsicossocial para servidores das forças de segurança do país (<https://tinyurl.com/56542842>); segurança reforçada para comemorações dos 65 anos de Brasília (<https://tinyurl.com/yc843a69>); GDF e Uber vão assinar acordo de cooperação para alertas de emergência (<https://tinyurl.com/46554kt7>); Brasília será primeira cidade do Centro-Oeste com botão de emergência na Uber ligado ao 190 (<https://tinyurl.com/p7zyvn65>); PMDF cumpre 141 mandados de prisão apenas em abril (<https://tinyurl.com/wprmh3zs>); fiscalização autua 188 condutores alcoolizados no fim de semana (<https://tinyurl.com/yhuvdyxc>); GDF lança Programa Turminha Mais Segura, com participação de estudantes da rede pública de ensino (<https://tinyurl.com/3cp9ur6>); segurança oferece recompensa por informações que levem à prisão de autor de crime sexual contra vulnerável (<https://tinyurl.com/4jju2ky>); GDF lança Operação Verde Vivo para reforçar combate a incêndios florestais (<https://tinyurl.com/mrx6ses6>);

6.2.2. No mês maio: Fiscalização no trânsito é intensificada durante o Maio Amarelo (<https://tinyurl.com/44nwuy8>); Sol Nascente/Pôr do Sol vai ganhar delegacia e batalhão da Polícia Militar (<https://tinyurl.com/499sfvt7>); ação de acolhimento da população em situação de rua ocorre nesta terça e quarta no Plano Piloto (<https://shre.ink/ef96>); terceira faixa da BR-020 melhora mobilidade e segurança para motoristas do Distrito Federal (<https://shre.ink/es7M>); licitação para construção da sede da policlínica da PCDF é aberta (<https://tinyurl.com/bbbc7r63>); veículo com 162 multas e licenciamento vencido desde 2018 é apreendido na DF-047 (<https://tinyurl.com/4duwpdaf>), ação de acolhimento a pessoas em situação de rua ocorre nesta quinta (5) e na sexta (6) em Ceilândia (<https://tinyurl.com/2p93p4j>); reativadas há seis anos, delegacias 24 horas aumentam investigações e levam segurança à população (<https://tinyurl.com/5n6dyrmz>); entregadores de aplicativo participam de ação educativa nesta sexta (6) (<https://tinyurl.com/39vcaxs3>); seminário sobre saúde mental reúne integrantes da PMDF

(<https://shre.ink/ekti>); conselhos comunitários de segurança mobilizam mais de 3 mil pessoas em 2025 (<https://tinyurl.com/y6tdkd93>); ação de acolhimento da população em situação de rua volta ao Plano Piloto neste fim de semana (<https://tinyurl.com/23upub9>); PCDF intima proprietário de distribuidora para esclarecer possível descumprimento de horário de funcionamento (<https://tinyurl.com/4upfut8d>); Operação Sossego registra 104 infrações de trânsito em Samambaia (<https://tinyurl.com/554z6h67>); capacitação reforça atendimento humanizado a mulheres protegidas pelo Viva Flor (<https://tinyurl.com/4w39ezav>); ação de acolhimento da população em situação de rua ocorre em Taguatinga nesta quarta-feira (11) (<https://tinyurl.com/3fa27z3d>); totens itinerantes ajudam a aumentar a participação da população no governo (<https://tinyurl.com/55s5e3ka>); GDF discute demandas dos Conselhos Comunitários de Segurança em reunião no Palácio do Buriti (<https://tinyurl.com/2pdfvceu>); DF ganha destaque internacional na maior conferência de prevenção do crime com urbanismo inteligente (<https://tinyurl.com/5n8bu9fj>); Programa Segurança Cidadã promove cultura de paz em escolas (<https://tinyurl.com/vdfwudfe>); blitz educativa reforça campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes (<https://tinyurl.com/59js7s9m>); Operação Sossego em Águas Claras faz 180 abordagens (<https://tinyurl.com/55dwb3j3>); Consesp define prioridades legislativas para fortalecer o sistema de segurança pública (<https://tinyurl.com/f6tpn9c3>); Atlas da Violência 2025: DF registra menor taxa de homicídios em 11 anos e reduz mortes no trânsito (<https://tinyurl.com/yne2tx7d>); PCDF devolve 430 celulares a proprietários e lança serviço de consulta de aparelhos (<https://tinyurl.com/miryk63jf>); GDF oficializa parceria com shopping para ampliar ações de prevenção à violência contra mulheres (<https://tinyurl.com/yv9ndzsw>); por videoconferência, bombeiros orientam em operação de salvamento (<https://tinyurl.com/3h9sfj86>); programa de qualidade de vida já atende quase 4 mil servidores da segurança pública (<https://tinyurl.com/22abdxu>); servidores do Samu se capacitam em preservação de cenas de crime (<https://tinyurl.com/42c8rf8c>); mortes no trânsito caem 30% no DF em maio (<https://tinyurl.com/z4s2d622>); ação conjunta entre DF e Bahia leva à prisão de suspeito de feminicídio (<https://tinyurl.com/52zbaz84>); ação de acolhimento da população em situação de rua volta ao Plano Piloto neste fim de semana (<https://tinyurl.com/57pkrrj>);

6.2.3. No mês junho: PMDF recebe 44 novas viaturas, sendo 38 com blindagem parcial (<https://tinyurl.com/2crpjkhn>); conselhos comunitários de segurança mobilizam mais de 3 mil pessoas em 2025 (<https://tinyurl.com/3hjb3p6m>); seminário sobre saúde mental reúne integrantes da PMDF (<https://tinyurl.com/2avmxuw>); Delegacia Eletrônica da PCDF completa oito anos com mais de 1,6 milhão de atendimentos (<https://tinyurl.com/kkmay5k9>); Viva Flor amplia proteção e ultrapassa 1.100 mulheres monitoradas no DF (<https://tinyurl.com/4n3pmf73>); capacitação reforça atendimento humanizado a mulheres protegidas pelo Viva Flor (<https://tinyurl.com/2j5yd72s>); Operação Ad Sumus reforça policiamento em áreas como Setor de Embaixadas e Lago Sul (<https://tinyurl.com/ycxmh9h>); Turminha Mais Segura sensibiliza servidores para doações na Campanha do Agasalho (<https://tinyurl.com/2vrp56ab>); PCDF divulga resultado provisório no desempate de notas de concurso (<https://tinyurl.com/bde394xm>); Batalhão de Polícia Escolar troca de comando (<https://abrir.link/IRtmK>); alunos do Curso de Altos Estudos para Praças assistem a palestra sobre autismo (<https://tinyurl.com/xjehb4b>); Academia de Polícia Militar de Brasília completa 39 anos como referência de ensino da formação superior militar (<https://tinyurl.com/yf8dnur>); Operação Bravo Pioneiro reforça segurança no Plano Piloto nesta sexta-feira (<https://tinyurl.com/289trbp>); bombeiros reforçam segurança no Lago Paranoá com novos postos de socorro (<https://tinyurl.com/8s8jx9w>); lançados cartilhas 'SOS Emocional' e 'Protocolo de Enfrentamento à Violência Institucional' (<https://tinyurl.com/mu6xy9xx>); presença nas redes sociais aproxima conselhos comunitários de segurança e população do Distrito Federal (<https://tinyurl.com/5t3dz4fm>); ações educativas do Detran-DF alcançam mais de 2 mil pessoas no fim de semana (<https://tinyurl.com/43zfbrf9>); Campanha Salva Todas 2025 reforça papel da denúncia no enfrentamento à violência contra a mulher (<https://tinyurl.com/59kzn5ne>); Brasília vai sediar conferência nacional sobre segurança pública (<https://tinyurl.com/3he4hp28>); cartilha 'SOS Emocional' será lançada nesta segunda (16) (<https://tinyurl.com/sstsxu8s>); GDF lança Primeiro Anuário de Segurança Pública do Distrito Federal (<https://tinyurl.com/y2cyuz99>); homem é preso por descumprimento de medida protetiva e tentativa de feminicídio no Arapoanga (<https://tinyurl.com/mrx3zyyw>); PMDF apreende mais de meia tonelada de maconha e armamento pesado no Sol Nascente (<https://tinyurl.com/2atr624z>); Campus Party Brasília 2025 terá desafios tecnológicos sobre segurança digital (<https://tinyurl.com/yesjs5a5>); Primeiro Anuário de Segurança Pública do DF reforça compromisso com transparência e políticas baseadas em evidências (<https://tinyurl.com/msm9pjk7>); Operação Moto Legal fiscaliza motociclistas na DF-480, saída do Gama (<https://tinyurl.com/3z2nk7z5>); Operação DF Livre de Carcaças já retirou mais de 5 mil veículos abandonados das ruas da capital (<https://tinyurl.com/ycxhcahd>); DF localiza 98% das pessoas desaparecidas e tem o maior índice de eficiência do Brasil (<https://tinyurl.com/y9avsxws>); Operações da Lei Seca registram 49 motoristas alcoolizados (<https://tinyurl.com/pyptr37t>); alunos do 12º Curso Operacional da Rotam participam de instrução sobre ataques de serpentes peçonhentas (<https://tinyurl.com/ayj4ck9e>); Anuário de Segurança Pública do DF é apresentado a veículos de imprensa (<https://tinyurl.com/59kp6zr>);

6.3. O Senhor Arthur Magalhães informou ainda que Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública – Consesp, por meio de sua Secretaria Executiva, presidida pelo Dr. Sandro Avelar, convidou todos os conselheiros do Condisp para participarem da 1ª Conferência de Segurança Pública iLab-Segurança 2025 e da XCV Reunião Ordinária do Consesp, eventos em que serão debatidos os temas relacionados à PEC da Segurança

Pública, com a presença do Deputado Mendonça Filho, relator da matéria na Câmara dos Deputados. Comunicou, ainda, que durante o referido evento, os membros do Consesp irão deliberar sobre a apresentação de nove anteprojetos infraconstitucionais voltados à modernização legislativa da segurança pública no Brasil. Antes de passar a palavra aos conselheiros, informou sobre a nova composição do Condisp, destacando a entrada do Agente Bruno Ponchio Baroque, Diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do DETRAN/DF, e do Cel. Moisés Alves Barcelos, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

6.4. O Cel. Moisés Alves Barcelos, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a oportunidade de retornar como membro do Condisp, declarando ser uma honra participar novamente dos trabalhos deste colegiado. Destacou que as ações desenvolvidas pelo Condisp são de extrema relevância para a sociedade, sobretudo no fortalecimento das políticas públicas voltadas à segurança. Ao final de sua fala, parabenizou a equipe da Secretaria de Segurança Pública do DF, reconhecendo o empenho e dedicação nas atividades conduzidas.

6.5. O Sr. Bruno Ponchio Baroque, Diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do DETRAN/DF, agradeceu a nomeação como membro do Condisp, destacando a honra em integrar o colegiado. Informou que os indicadores de homicídios vêm apresentando tendência de queda, e que uma das frentes de atuação do DETRAN/DF está voltada à redução de crimes relacionados à alcoolemia, por sua correlação direta com acidentes fatais no trânsito. Compartilhou que o número de condutores autuados por alcoolemia aumentou, resultado não apenas da intensificação das operações, mas também da ampliação tecnológica dos testes de verificação, que possibilitam maior número de abordagens com maior precisão. Ressaltou que, apesar do crescimento das autuações, a população demonstra maior consciência sobre o tema. Acrescentou que, com base em informações de inteligência, o DETRAN/DF realizou ajustes estratégicos nos horários de atuação das blitz, especialmente em áreas próximas a eventos e festas, medida denominada Operação Rescaldo, que resultou em um número expressivo de notificações por alcoolemia, contribuindo diretamente para a prevenção de acidentes graves e mortes no trânsito.

6.6. O Sr. Bilmar Angelis agradeceu as informações prestadas pelo representante do DETRAN/DF, reconhecendo a relevância das ações apresentadas, especialmente no enfrentamento à alcoolemia no trânsito. Ressaltou que tais iniciativas evidenciam os limites do que é tolerado pelo pacto social, reforçando que práticas como a condução sob efeito de álcool e a violência contra a mulher refletem questões culturais profundas, que exigem atuação estratégica e contínua do Estado. Enfatizou que tais condutas devem ser enfrentadas com firmeza no presente, de modo que sejam superadas pelas próximas gerações, como parte de um processo de transformação cultural e evolução social.

6.7. O Sr. Paulo Gomes questionou sobre a possibilidade de criação de um grupo de estudos para analisar a atuação da Polícia Militar do DF em situações envolvendo sentenciados monitorados por tornozeleiras eletrônicas, que ultrapassaram os limites de segurança estabelecidos, sem que houvesse fiscalização imediata após acionamento. Em complemento ao tema, o Sr. Bilmar Angelis informou que, conforme dados disponíveis, o tempo médio de resposta da Polícia Militar em casos de violência contra a mulher varia entre 12 a 15 minutos, demonstrando capacidade de atuação ágil em situações críticas. Como encaminhamento, foi sugerido que o tema seja tratado conjuntamente entre o Sr. Arthur Magalhães e o Sr. Paulo Gomes, com vistas a definir a melhor forma de apresentação e aprofundamento do assunto na próxima reunião do Condisp. O Sr. Paulo Gomes alertou sobre a necessidade de verificação das competências legais da Polícia Militar do DF, ressaltando que, por se tratar de sentenciados, a atribuição poderia ser da Polícia Penal. O Sr. Arthur Magalhães, por sua vez, reforçou que os temas abordados no âmbito do Condisp são majoritariamente oriundos de sugestões dos conselheiros, sendo avaliados à luz das competências legais previstas no regimento do Conselho, com os encaminhamentos subsequentes realizados conforme a atribuição dos órgãos envolvidos.

7. Deliberações.

7.1. Conforme item 4.3., foi aprovada a Resolução de instituição do Diploma de Honra ao Mérito do Condisp.

7.2. Conforme item 5.1., será enviado ofício à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, encaminhando para conhecimento o documento encaminhado pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, no qual propõe a criação de unidades especializadas de repressão aos crimes cibernéticos e ao crime organizado nas diversas delegacias do Distrito Federal. Ficou também acordado que o Sr. Vicente Paranáhiba, Conselheiro representante da PCDF, apresentará dados sobre o tema na próxima reunião do Condisp.

7.3. Conforme item 6.7., ficou estabelecido que o Sr. Paulo Gomes encaminhará documento recebido do Conselho Penal à Secretaria Executiva do Condisp, referente à notícia de que a Polícia Militar do Distrito Federal não estaria realizando fiscalização, quando acionada, de sentenciados monitorados por tornozeleiras eletrônicas que teriam violado as áreas de segurança delimitadas.

BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA

Secretário Executivo de Gestão Integrada

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

Coordenador da 27ª Reunião Ordinária

ARTHUR HENRIQUE ASSUNÇÃO MAGALHÃES

Secretário Executivo Substituto do Condisp

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

INSTRUÇÃO Nº 1.597, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso IV e XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784/2007, com base no Decreto nº 37.332/2016, na Instrução nº 896/2016, bem como demais termos contidos no processo SEI nº 00055-00095593/2021-08, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação da Autorização de Serviço nº 0771, conferida a Marcelo Siqueira de Souza, CPF nº ***.***.741-87, para exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal (STCE/DF), por mais 36 (trinta e seis) meses a contar de 22/08/2025.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI

INSTRUÇÃO Nº 1.598, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso IV e XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784/2007, com base no Decreto nº 37.332/2016, na Instrução nº 896/2016, bem como demais termos contidos no processo SEI nº 00055-00003706/2022-20, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação da Autorização de Serviço nº 0123, conferida a Romullo Bispo de Lacerda, CPF nº ***.***.788.971-68, para exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal (STCE/DF), por mais 36 (trinta e seis) meses a contar de 12/08/2025.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI

INSTRUÇÃO Nº 1.599, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso IV e XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784/2007, com base no Decreto nº 37.332/2016, na Instrução nº 896/2016, bem como demais termos contidos no processo SEI nº 00055-00016207/2022-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação da Autorização de Serviço nº 2212, conferida a Carina Bonfim Cavalcante, CPF nº ***.***.701-97, para exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal (STCE/DF), por mais 36 (trinta e seis) meses a contar de 20/08/2025.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI

INSTRUÇÃO Nº 1.600, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso IV e XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784/2007, e com base no Decreto nº 37.332/2016, que regula a Lei nº 1.585/1997, atualizada pela Lei nº 2.819/2001, assim como na Instrução nº 896/2016 e demais termos contidos no processo SEI nº 00055-00093472/2023-85, resolve:

Art. 1º Autorizar, com base no Decreto nº 37.332/2016, a prorrogação da Autorização de Serviço nº 1477, concedida a Marcos Flores de Castro, CPF nº ***.***.081-27, para exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal (STCE/DF), por 90 (NOVENTA) dias contar de 18/12/2025.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI

INSTRUÇÃO Nº 1.601, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso IV e XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784/2007, e com base no Decreto nº 37.332/2016, que regula a Lei nº 1.585/1997, atualizada pela Lei nº 2.819/2001, assim como na Instrução nº 896/2016 e demais termos contidos no processo SEI nº 00055-00083727/2021-30, resolve:

Art. 1º Autorizar, com base no Decreto nº 37.332/2016, a prorrogação da Autorização de Serviço nº 0984, concedida a 63.704561 ELIEL LEAL, CNPJ nº 63.704.561/0001-91, para exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal (STCE/DF), por 36 (trinta e seis) meses a contar de 18/12/2025.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI

INSTRUÇÃO Nº 1.602, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a regularização excepcional de registros eletrônicos de contratos de financiamento de veículos, com marco temporal definido, em razão da implantação de novo sistema operacional, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, CONSIDERANDO a implantação de novo sistema de registro eletrônico de contratos de financiamento de veículos, no qual a baixa de gravames e demais atos correlatos somente pode ser efetivada mediante a existência prévia de e-registro válido;